

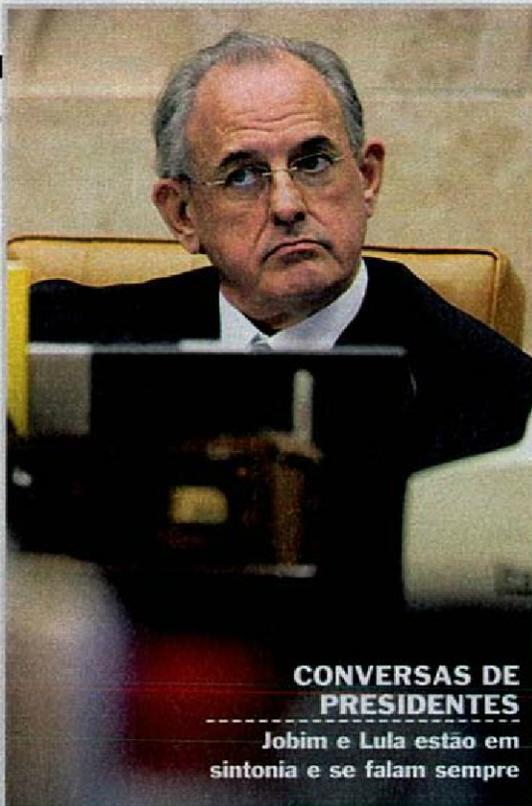


## PRESSÃO SOBRE O SUPREMO

Às vésperas de uma votação que pode trazer prejuízo financeiro e político ao governo, o Palácio do Planalto lançou uma ofensiva para aumentar sua influência sobre os ministros do Supremo Tribunal Federal. Não há nada de ilegal nessa investida, mas ela certamente representa uma tentativa de subordinar um poder independente, o Judiciário, às necessidades de outro, o Executivo. O que está em jogo é

a contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos, cuja legalidade será julgada pelo tribunal na quarta-feira 18. Principal ponto da reforma da Previdência, aprovada em 2003 pelo Congresso, a taxa de inativos pode gerar arrecadação de 1,9 bilhão de reais ao ano e é contestada por sindicatos de servidores. A votação foi interrompida em maio, com 2 votos contra o governo e 1 a favor.

O próprio presidente Lula é ator nessa campanha de aproximação entre Executivo e Judiciário. Um flerte com Nelson Jobim, presidente do Supremo, teve início no fim de junho, em um jantar na casa do presidente da Câmara, João Paulo Cunha. Desde então, Lula e Jobim tornaram-se interlocutores freqüentes. Novo jantar deve ocorrer até o fim de agosto, desta vez com o presidente do Supremo como anfitrião. Outros personagens promovem a aproximação de Jobim com o Planalto. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, telefona-lhe diariamente, além de encontrá-lo ao menos uma vez por semana. Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, aproveitou-se de um encontro institucional para tratar do tema com ele. E até o ministro da Previdência, Amir Lando, já procurou o presidente do STF. A estratégia parece dar frutos. Em conversas reservadas, Jobim tem dito que não aceita que o Supremo seja palco de revanches da oposição por causa de derrotas



### CONVERSAS DE PRESIDENTES

Jobim e Lula estão em  
sintonia e se falam sempre

que ela tenha sofrido no Congresso. Um linguajar que agrada ao Planalto.

Mas a pressão do governo não se restringe a um ministro. Márcio Thomaz Bastos não se descuida dos quatro juizes indicados ao Supremo já no mandato de Lula: Joaquim Barbosa, Cezar Peluso, Eros Grau e Ayres Britto. O ministro da Justiça não conseguiu impedir um voto contrário de Britto no caso dos inativos e faz marcação cerrada para que isso não se repita. Ele conta com auxílios. Até o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tem encontrado tempo para doutrinar os ministros do Supremo. Finalmente, o advogado-geral da União, Álvaro Ribeiro Costa, empenha-se na tarefa de convencimento como se disso dependesse seu cargo. E talvez seja mesmo esse o caso. Incompatibilizado com José Dirceu e criticado por boa parte do governo, Costa está em situação difícil. Um bom trabalho junto ao STF seria um trunfo para ele. Costa tem comparecido a todas as sessões do Supremo. Nos intervalos, vai à sala de café do tribunal e aborda os ministros. "É uma situação desagradável, uma tentativa de convencimento explícita na casa de um poder independente", reclama um dos magistrados. Apesar de toda a agitação, ninguém arrisca um palpite público sobre a votação. O placar deverá ser de 6 a 5. Para que lado, ninguém sabe.

qual o presidente Lula desfilou em carro aberto pelas ruas de Libreville semanas atrás, criou um conselho, integrado por membros indicados pelo governo, cuja missão é punir jornalistas e órgãos de comunicação que publicam artigos caluniosos ou incorretos, segundo critérios dos governistas. Em 2002, dois jornais semanais foram acusados de "minar a confiança no Estado e a dignidade de autoridades governamentais". No Quênia, existe censura prévia: todas as matérias devem ser enviadas à análise das autoridades antes de ser publicadas. A infração à norma rende multa de 13 000 dólares e prisão de até três anos. Em ditaduras mais estáveis, como Cuba e China, a imprensa é um mero e desprezível apêndice do poder. Em Cuba, um departamento vinculado ao comitê central do Partido Comunista escolhe, revisa e corrige as reportagens veiculadas pelos órgãos de comunicação oficiais.

Nas democracias mais sólidas do mundo, a imprensa livre faz parte da ordem natural das coisas. Não por acaso, esses países têm, simultaneamente, a melhor e a pior imprensa. Na Inglaterra, onde não há lei específica para a imprensa, ficando os veículos de comunicação e seus profissionais sujeitos à lei ordinária, existem publicações de primeiríssima qualidade e, também, os célebres tablóides sensacionalistas, que não relutam em invadir a vida privada de quem quer que seja em busca de uma notícia. Em 1993, uma comissão parlamentar inglesa, numa tentativa de controlar o sensacionalismo, propôs a criação de um conselho com poder de punir os tablóides. Não deu certo. Tanto os trabalhistas quanto os conservadores se negaram a aprovar leis que limitassem a liberdade de imprensa. Nos Estados Unidos, graças à Primeira Emenda da Constituição, não há um único mecanismo legal de cerceamento da imprensa. De acordo com Josh Friedman, diretor da Faculdade de Jornalismo da Universidade Colúmbia, em Nova York, a criação de um conselho regulatório da imprensa que visa fiscalizar e penalizar veículos e jornalistas é uma ameaça à democracia. "Isso é um absurdo. Trata-se de uma forma de o governo proteger a si mesmo e evitar que a população do país tenha acesso a informações para tirar as próprias conclusões. Fiscalização e censura são comuns em ditaduras, não em governos democráticos", disse a VEJA.

Além da escalada de medidas autoritárias da semana passada, o governo petista já deu sinais dessa inclinação quando